



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Ceas – CE

Rua Jaime Benévolo, nº 21 – 2º Andar – Sala 001 Bairro: Centro

Tels: (85) 98523-7649 98523-7414

CEP: 60.050-080 Fortaleza/CE

E-mail: ceas@sps.ce.gov.br

[site: www.ceas.ce.gov.br](http://www.ceas.ce.gov.br)

29 ANOS DE CONTROLE SOCIAL

ATA DA 310ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO Ceas-CE

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro ano de dois mil e vinte quatro, no horário das oito horas e trinta minutos as doze horas, reuniu-se no Auditório da Casa dos Conselhos vinculados a Secretaria da Proteção Social - SPS, situado a Rua: Rua Jaime Benévolo, nº 21 – 2º Andar Bairro: Centro, CEP: 60.050-080 - Fortaleza/CE, o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-CE), sob a coordenação da Conselheira Titular Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues Presidente desse Conselho, representando a Fundação Dr. Antônio Dias Macedo. **Registrou as presenças dos(as) Conselheiros(as):**Sandra Maria Ferreira de Moraes (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Secretaria da Proteção Social – SPS);Rute Almeida Teobaldo Mourão (Conselheira Titular – Secretaria da Fazenda – Sefaz); Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque e Maria de Sousa Pereira(Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria de Ciências, Tecnologia de Educação Superior – Secitece); Ana Roberta Martins de Almeida Xavier (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Secretaria das Cidades);Márcia Maria Sousa Monteiro da Silva (Conselheira Suplente – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES);Francisca Emmanuella Saraiva Martins (Conselheira Titular – Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves – AMCTN); Vilani Vladia Mota Freitas (Conselheira Suplente – Serviço Social do Comércio – SESC); Lúcia de Fátima da Silva Parente (Conselheira Suplente – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará – Sasec); Régia Maria Prado Pinto (Conselheira Titular – Conselho Regional de Serviço Social – Cress – 3ª Região); Erivânia Bernardino Cruz (Conselheira Suplente - Ordem dos Advogados do Brasil- Secção Ceará);Jeanne da Silva Santiago Siqueira (Conselheira Titular – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Regional Ceará – Abrato-CE); Maria Conceição Moreira Azevedo(Conselheira Suplente – Conselho Regional de Psicologia – CRP 11ª Região); Cosme Costa Lima (Conselheiro Titular - Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE); Maria Inácio da Cruz (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Paraipaba/CE);Judite Freitas Mesquita(Conselheira Titular - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Aquiraz/CE);Francisca Maria de Souza Barros (Conselheira Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social do Bairro João Paulo II do município de Fortaleza/CE). **Registrou as ausências com justificativas dos(as) Conselheiros(as):**Maria Meirilene Lopes Brito(Vice-Presidente do Ceas-CE – Secretaria da Proteção Social – SPS);Valberg Barbosa Cavalcante (Conselheiro Titular – Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag);Márcia Maria Soares

43 Gurgel(Conselheira Suplente – Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag);Thalita Helena
44 Cristian Oliveira (Conselheira Suplente – Secretaria da Saúde- SESA); Kricia da Silva Laurentino
45 (Conselheira Titular – Secretaria das Cidades);Joelise Collyer Teixeira de Paula(Conselheira Titular –
46 Casa Civil); Cláudia Maria de Meneses Vieira (Conselheira Suplente – Secretaria da Fazenda –
47 Sefaz); Hariely de Souza Alexandrio(Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado
48 do Ceará – APDMCE); Ana Patrícia Martins Lima (Conselheira Suplente – Sociedade para o Bem
49 Estar da Família – Sobef);José Augusto Fernandes Coelho (Conselheiro Titular – Associação dos
50 Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Asstds). **Registrou as ausências**
51 **sem Justificativas:** Eljomara Germana Barros Pinto e Elvira Carvalho Mota(Conselheiras Titular e
52 Suplente – Secretaria de Educação - Seduc); Sílvio Rodrigo Alves Ferreira(Conselheiro Titular –
53 Secretaria da Saúde- SESA); Antônio Robério Teixeira Rodrigues (Conselheiro Suplente – Casa
54 Civil); Ana Cláudia dos Santos Silva (Conselheira Suplente - Colegiado Estadual dos Gestores
55 Municipais de Assistência Social – Coegemas); Maria Helena Silvas de Oliveira Aguiar (Conselheira
56 Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de
57 Pindoretama/CE); Ana Amélia de Jesus Martins (Conselheira Titular - Usuária do Centro de Referência
58 de Assistência Social – CRAS do Município de Paraipaba/CE). Deu boas vindas aos Conselheiros(as)
59 e os(as) convidados(as) presentes: Marcos Sousa França – MPCE (77ª Promotoria de Justiça de
60 Fortaleza; Silvana Márcia Araújo Crispim (Coordenadoria da Proteção Social Básica – Coordenação
61 do Programa Bolsa Família e Cadastro Único). Parabenizou a Conselheira Vladia pelo seu
62 aniversário. Apresentou a pauta com os seguintes pontos: **01. Abertura.02. Aprovação da Ata das**
63 **309ª Reunião Ordinária do Ceas-CE realizada no dia 25 de janeiro de 2024. 03. Apresentação do**
64 **Relatório da Reunião Ampliada das Comissões Temáticas do Ceas-CE sobre: I. Reprogramação**
65 **dos Saldos do Cofinanciamento do Governo Federal – exercício 2023, dos recursos ordinários**
66 **de execução da Secretaria da Proteção Social – SPS. II. Reprogramação dos Saldos dos**
67 **Recursos Extraordinários do Cofinanciamento do Governo Federal – Exercício 2023 de**
68 **execução da Secretaria da Proteção Social – SPS. 04. Revisão das participações nas**
69 **Comissões Temáticas (Internas) e Externas. 05. Informes da Presidência, dos(as)**
70 **Conselheiros(as) e Secretaria-Executiva do Ceas-CE.06. Encerramento.** Após a apresentação da
71 pauta informou que hoje nessa reunião, nessa plenária, conta com a presença do Sr. Marcos Sousa
72 França – MPCE 77ª Promotoria de Justiça de Fortaleza. Nesse momento a **Secretária Executiva do**
73 **Ceas-CE, Tereza Serra,** cumprimentou a plenária e falou que a apresentação da técnica Silvana
74 Crispim e todo o material já foi disponibilizado uma cópia cada Conselheiro(a) presente na reunião
75 para acompanhar apresentação e que, também foi enviado antecipadamente por e-mail. A **Presidente**
76 **do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** falou que os(as) Conselheiros(as) já conhecem a política e a
77 ética do Conselho. “Isso é muito bom e ajuda”. A **Conselheira Régia Prado,** falou que as coisas
78 mudaram pois é uma nova política. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** falou que a
79 apresentação da técnica Silvana Crispim será sobre a reprogramação dos saldos do Programa Auxílio
80 Brasil, Programa Bolsa Família e do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do

81 Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social – PROCAD. Mas que antes de convidar a
82 técnica Silvana Crispim colocou para aprovação a Ata da 309ª Reunião Ordinária do Ceas-CE,
83 realizada no dia 25 de janeiro de 2024, e que foi encaminhada pela secretaria Executiva, perguntando
84 se todos(as) leram a ATA e, se alguém tem alguma consideração a fazer. Como não houve nenhuma
85 considerando, a Ata foi aprovada. Em seguida convidou a técnica Silvana Crispim para iniciar sua
86 apresentação. A técnica Silvana Crispim, cumprimentou a plenária e falou que vai apresentar 3(três)
87 saldos a ser reprogramado. Primeiro: SALDO DO RECURSO FINANCEIRO DO IGDE DO ANO DE
88 2023 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA 2024, que é um indicador que mede os resultados da
89 gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único obtidos em um mês. Disse ainda que IGDE é
90 um apoio financeiro do Governo Federal aos Estados e municípios, firmado sobre indicadores da
91 gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, sendo repassado de Fundo a Fundo. Tem
92 como objetivo e finalidade de otimizar a qualificação da gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa
93 Família. O repasse é realizado conforme o desempenho de cada município e Estado no que se refere
94 as condicionalidades da educação e saúde, atualização cadastral, acompanhamento familiar, entre
95 outros. O que exige a realização de Capacitação Continuada para os atores sociais. Informou ainda
96 que, no ano de dois mil e vinte dois, com a covid e suas sequelas e, a não realização de capacitação
97 pelo governo federal para os representantes estaduais, o não repasse de metodologia e materiais
98 didáticos, como também, as constantes alterações nas normativas, deixaram os Estados
99 impossibilitados para a realização das capacitações, pois as diretrizes do CadÚnico e Programa
100 Bolsa Família - PBF são do governo federal. E que os Estados ficam na dependência da capacitação
101 e repasse de orientações e material didático do governo federal. Disse ainda que, o saldo deste
102 período foi utilizado no ano de dois mil e vinte três e, conseqüentemente, o saldo do ano de dois mil e
103 vinte três estão reprogramando para o ano de dois mil e e vinte quatro. Segundo a técnica, no ano de
104 dois mil e vinte quatro, realizarão as ações necessárias para a gestão e operacionalização do
105 Cadastro Único e Programa Bolsa Família. E que anualmente, também, as Coordenações Estaduais
106 deixam saldo em conta de um ano para o outro para realizar as atividades necessárias no início do
107 ano subsequente pois o repasse pelo Governo Federal sofre atraso no início do ano. Por fim disse
108 que o valor a ser reprogramado refere-se ao Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa
109 Brasil – IGD/Programa Bolsa Família de acordo com a **Conta nº 27.282-5 no valor de R\$ 129.091.57**
110 **(cento e vinte nove mil, noventa e um reais e cinquenta e sete centavos)**. E Índice de Gestão
111 Descentralizado do Programa Auxílio Brasil – IGD/Programa Auxílio Brasil **de acordo com a conta nº**
112 **29.213-3 no valor de R\$ 9.314,26 (nove mil, trezentos e quatorze reais e vinte seis centavos)**,
113 totalizando o valor de **R\$ 138.405,83 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e cinco reais e**
114 **oitenta e três centavos)**. E que esses valores serão assim utilizados: Capacitação para Formação de
115 técnicos para a Gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família – **R\$38.405,83(trinta e oito**
116 **mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e três centavos);Passagens R\$50.000,00(cinquenta**
117 **mil) e Diárias R\$50.000,00(cinquenta mil)**. A alocação de diárias e passagens refere-se as
118 demandas de viagens oriundas da SPS/Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF como também do

119 Ceas-CE. E que pretendem fazer esse investimento enquanto entra mais recurso em dois mil e vinte
120 quatro. Nesse momento a Presidente do Ceas-CE indagou se desse recurso com capacitação, o
121 Ceas-CE está pensando em realizar capacitações? A técnica Silvana Crispim respondeu que o Ceas-
122 CE não entra nesse recurso do IGDE porque é do ano anterior. Quando prestam conta, a gente vê a
123 porcentagem. Esse é o recurso que a SPS tem. A **Conselheira Régia Prado**, falou que está
124 chegando agora, ainda não tem informação sobre o recurso apresentado e perguntou se é para
125 capacitação a ser feito com os(as) técnicos(as) de todos os municípios ou somente do Estado? Já foi
126 investido ou será investido? A técnica Silvana Crispim, falou que o recurso do IGDE é tanto para o
127 Estado quanto para todos os municípios. O Estado é capacitado e replica o recurso do Governo
128 Federal para os 184(cento e oitenta e quatro) municípios. A **Conselheira Régia Prado**, falou que
129 essas capacitações são importantes inclusive para o controle social. Isso é apenas uma sugestão. “A
130 gente só controla o que sabe”. A técnica Silvana Crispim, falou que sempre que tem capacitação onde
131 há vagas para além dos servidores, é disponibilizado. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth**
132 **Rodrigues**, informou que a Conselheira Régia chegou agora no Conselho. A técnica Silvana Crispim,
133 falou que sempre se faz presente quando o Conselho convida para palestras. A **Conselheira Ruth**
134 **Mourão** perguntou sobre o repasse aos municípios, se tem um valor fixo? A técnica Silvana Crispim,
135 respondeu que não existe um valor fixo. E que o repasse aos municípios é feito após um estudo das
136 necessidades. E se todos os municípios fizeram uma atualização de cumprimento de
137 condicionalidades. E que é feito um acompanhamento e levantamento para o repasse. Às vezes isso
138 demora, mas o repasse é para entrar na conta mês a mês. A **Secretária Executiva do Ceas-CE,**
139 **Tereza Serra**, falou que por isso chama-se índice da gestão descentralizada. A importância do
140 município para que cada vez mais o Estado receba recursos pelo Programa, vai depender do
141 cumprimento das condicionalidades. É que não falta capacitação, as capacitações são oferecidas aos
142 municípios não deixa nada a desejar. Só não sabe quem nunca participou das capacitações dada pela
143 SPS. O problema maior é que há uma grande rotatividade dos profissionais e isso faz com que a
144 política não avance. Mas quem chega precisa ser capacitado. E que lhe deixa perplexa é a falta de
145 conhecimento sobre a política porque, fazer/executar uma política dá trabalho e muitos técnicos(as)
146 não querem ter trabalho. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, falou que tem o IGDE,
147 mas também tem o IGDM do município. “ Informou que tem município que não está deferindo. E que
148 muitas famílias estão com descumprimento e falta de condicionalidade.” O profissional precisa ter
149 senha no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) {é a iniciativa do
150 Governo Federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos
151 de parceria, no qual são registrados os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de
152 contas final}, para ajudar as famílias. E que quando bloqueia passa 02(dois) meses para voltar a
153 receber. Muitos estão perdendo o Programa Bolsa Família. E que o município que trabalha está
154 fazendo um grande esforço para alcançar todo o percentual, porque se não conseguirem, além da
155 família perder o Bolsa Família, o IGDM vai cair. A **Conselheira Régia Prado**, ao se referir a fala que a
156 Secretária Executiva Tereza Serra fez, disse ser uma parte trágica da política. E que “ Estamos

157 lutando há muitos anos por concursos. Passou duas gestões e nada. Isso não tem sido priorizado na
158 pauta do Governo de Estado. Imagina o trabalho de todos(as) na capacitação porque o
159 monitoramento é fundamental. Mas que o(a) técnico(a) capacitado(a) leva o conhecimento onde for. O
160 que nos preocupa é que haja tanta rotatividade nos municípios. Alguns profissionais dizem que
161 cobram dos municípios mas muitos não fazem a tarefa de casa. Essa é uma pauta que não está
162 sendo priorizada no governo. Isso é algo complexo que envolve muitos elementos”. **A Presidente do**
163 **Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** pediu a palavra e disse que com relação ao Plano de Cargos e
164 Carreiras, esse é o momento de barganhar. O Ministério tem exigido o concurso nos municípios. Isso
165 é uma questão séria, e que os municípios e Estado tem mais terceirizados(as) do que
166 concursados(as). A técnica Silvana Crispim, falou que o mínimo de cada município é zero vírgula
167 cinquenta e cinco por cento. O nivelamento é muito importante para uma boa operacionalização. Para
168 isso precisam capacitar. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** disse que quanto do
169 descumprimento está na terceira suspensão traz um risco à vulnerabilidade. É uma exceção que não
170 seja grave. O acompanhamento é necessário e importante. A técnica Silvana Crispim, respondeu que
171 o acompanhamento da saúde e educação tem sido prioridade. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth**
172 **Rodrigues,** respondeu que com relação a lidar com o sistema, há muita migração. A **Conselheira**
173 **Régia Prado,** falou que é uma questão muito complexa. “Vão buscar ajuda na assistência quando é
174 da saúde. E que é necessário debater continuamente, pois o público muda por conta das facções”. **A**
175 **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** disse que os(as) Conselheiros(as) que não estão nos
176 municípios não entendem essa dinâmica. Quando o município não fechar o deferimento no sistema é
177 porque a família tem alguém ameaçado que migrou e se escondeu. Essa discussão ajuda os(as)
178 Conselheiros(as) a compreender”. A técnica Silvana Crispim, falou que a dinâmica das famílias
179 também muda muito com relação ao cadastro. A **Conselheira Francisca Barros,** falou que é uma
180 tristeza a realidade. É muito difícil. “Temos sofrido nas escolas. Tem muito jovem fora da escola por
181 isso”. A **Conselheira Ruth Mourão** falou que pensa sobre como dar conta disso. “Podemos criar o
182 que for mas parece que há uma essência que não alcançamos. Cadê a segurança? O Estado parece
183 não existir”. A **Conselheira Vlândia Freitas,** falou que é por isso que é complexo. “Fazemos o
184 acompanhamento mas não podemos trabalhar em todas as políticas”. “Se a assistência faz e a saúde
185 não faz há um entrave”. A **Conselheira Ruth Mourão,** falou que para construir demora mas, para
186 destruir é muito rápido. Será que o Poder Público tem realmente interesse? A **Conselheira Vlândia**
187 **Freitas,** falou que esse é o motivo pelo qual lutam por concursos. E que o profissional precisa ter
188 vínculo com as famílias e que sempre que começa não há continuidade. **A Presidente do Ceas-CE,**
189 **Elizabeth Rodrigues,** falou que essa discussão é boa para a compreensão de todos(as). A técnica
190 Silvana Crispim, falou que trabalham com o ser e não com o ter e que a assistência tem impacto. A
191 **Conselheira Ruth Mourão,** falou da necessidade de ter que passar por todos(as). “Assim como
192 pensa, fala”. A **Conselheira Régia Prado,** disse concordar e falou que não estão aqui apenas para
193 votar, mas também para discutir. A técnica Silvana Crispim, dá continuidade à apresentação, sobre a
194 reprogramação dos saldos do PROCAD dizendo ter o saldo de R\$28.418,90 (vinte e oito mil,

195 quatrocentos e dezoito reais e noventa centavos), e que pretendem utilizar em impressão de material
196 referente às ações do Cadastro Único(folder, cartilha, texto). E que estão dentro do Programa são as
197 famílias do Bolsa Família. E que precisam trabalhar dentro das normativas. E que pelo estudo que foi
198 feito é no máximo dezesseis por cento. Tentam maquiagem essa situação para obter benesses. **A**
199 **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, parabenizou a todos(as) pela discussão e debates.
200 Cada um tem as suas necessidades. A técnica Silvana Crispim, falou que estava feliz com o seu
201 legado. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, perguntou se pode considerar aprovado o
202 que foi apresentado pela técnica. Tendo todos(as) aprovado. Disse ainda que por causa da mudança
203 tiveram grandes dificuldades e fizeram uma reunião ampliada. E que a partir do mês de março, as
204 reuniões das Comissões Temáticas serão realizadas obedecendo o Calendário. Em seguida passou a
205 palavra a Secretária-Executiva Tereza Serra. Com a palavra a **Secretária Executiva do Ceas-CE,**
206 **Tereza Serra**, informou que o relatório final da reunião ampliada das Comissões Temáticas foi enviado
207 a todos(as), e perguntou se haveria necessidade de realizar uma leitura do Relatório ou se podem dar
208 como aprovado. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, nesse momento perguntou a
209 todos(as) presentes se poderia considerar aprovado o relatório? Todos(as) presentes votaram pela
210 aprovação. Nesse momento a **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra**, convidou a
211 todos(as) para acompanhar a deliberação de recursos ordinários. **RESOLUÇÃO Nº 133/2024 – Ceas-**
212 **CE** que dispõe sobre a Reprogramação dos Saldos do Cofinanciamento do Governo Federal –
213 referente ao exercício 2023 dos recursos ordinários de execução da Secretaria da Proteção Social –
214 SPS. **RESOLVE APROVAR: Art. 1º -** A Reprogramação dos Saldos do Cofinanciamento do Governo
215 Federal – referente ao exercício 2023, dos recursos ordinários de execução da Secretaria da Proteção
216 Social - SPS, conforme discriminação a seguir: I. Índice de Gestão Descentralizado do Suas –
217 IGD/SUAS, de acordo com a **Conta nº 27.284-1 no valor de R\$ 62.417,87 (sessenta e dois mil,**
218 **quatrocentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos)**. II. Programa Nacional de Capacitação
219 do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSuas, de acordo com a **Conta nº 27.294-9 no**
220 **valor de R\$ 9,66 (nove reais e sessenta e seis reais)**. III. Índice de Gestão Descentralizado do
221 Programa Bolsa Brasil – IGD/Programa Bolsa Família de acordo com a **Conta nº 27.282-5 no valor**
222 **de R\$ 129.091.57 (cento e vinte nove mil, noventa e um reais e cinquenta e sete centavos)**. IV.
223 Índice de Gestão Descentralizado do Programa Auxílio Brasil – IGD/Programa Auxílio Brasil **de**
224 **acordo com a conta nº 29.213-3 no valor de R\$ 9.314,26 (nove mil, trezentos e quatorze reais e**
225 **vinte seis centavos)**. V. Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único
226 no SUAS – PROCAD – de acordo com a **Conta nº 29.555-8 PROCAD no valor de R\$ 28.418,90**
227 **(vinte oito mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa centavos)**. VI. Programa AcesSuas
228 Trabalho de acordo com a **Conta nº 28.125-5 no valor de R\$ 9.974,66 (nove mil e novecentos**
229 **setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)**. VII. Proteção Social Especial da Média
230 Complexidade – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, de
231 acordo com a **Conta nº 27.280-9 no valor de R\$ 0,36 (trinta e seis centavos)**.VIII. MAC –
232 Incremento - Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade de acordo com a

233 Conta nº 27.860-2. no valor de **R\$ 452.567,28 (quatrocentos e cinquenta dois, quinhentos e**
234 **sessenta sete reais e vinte oito centavos)**. IX. Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz
235 de acordo com a **Conta nº 27.540-9 no valor de R\$ 1.655.547,09 (hum milhão, seiscentos e**
236 **cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e nove centavos)**. X. GND- 4 de acordo
237 com a **Conta nº 27930-7 no valor de R\$ 46,01 (quarenta e seis reais e um centavos)**. XI. Proteção
238 Social Especial – SIGTV – GND4 – Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.800-X no valor de**
239 **R\$351.293,82 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três reais) e oitenta e dois**
240 **centavos)**. XII. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº**
241 **29.801-8 no valor de R\$351.293,82 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três**
242 **reais) e oitenta e dois centavos)**. XIII. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de
243 acordo com a **Conta nº 29.802-6 no valor de R\$ 1.244.583,82 (hum milhão, duzentos e quarenta e**
244 **quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos)**. XIV. Proteção Social
245 Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.803-4 no valor de**
246 **R\$1.053.881,46 (hum milhão, cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta um reais, e quarenta e**
247 **seis centavos)**. XV. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta**
248 **nº 29.805-0 no valor de R\$ 197.180,84 (cento e noventa e sete mil, cento e oitenta reais e oitenta**
249 **quatro centavos)**. XVI. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a
250 **Conta nº 29.811-5 no valor de R\$ 211.824,66 (duzentos e onze mil, oitocentos e vinte quatro**
251 **reais e sessenta e seis centavos)**. XVII. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886
252 de acordo com a **Conta nº 29.812-3 no valor de R\$ 177.229,42 (cento e setenta e sete mil,**
253 **duzentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos)**. XVIII. Proteção Social Especial –
254 SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.813-1 no valor de R\$ 190.039,92 (cento**
255 **e noventa mil, trinta nove reais e noventa e dois centavos)**. XIX. Proteção Social Especial –
256 SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.814-X no valor de R\$ 196.784,38 (cento**
257 **e noventa seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**. XX. Proteção
258 Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.815-8 no valor de R\$**
259 **233.219,33(duzentos e trinta e três mil, duzentos e dezenove reais e trinta e três centavos)**. XXI.
260 Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.817-4 no**
261 **valor de R\$ 426.914,08(quatrocentos e vinte seis mil, novecentos e quatorze reais e oito**
262 **centavos)**. XXII. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº**
263 **29.818-2 no valor de R\$ 196.784,38(cento e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e quatro**
264 **reais e trinta e oito). Centavos)**. XXIII. Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de
265 acordo com a **Conta nº 29.819-0 no valor de R\$ 196.784,38(cento e noventa e seis mil,**
266 **setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito Centavos)**. XXIV. Proteção Social Especial –
267 SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.820-4 no valor de R\$ 197.180,84(cento**
268 **e noventa e sete mil, cento e oitenta reais e oitenta e quatro Centavos)**. XXV. Proteção Social
269 Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.821-2 no valor de R\$**
270 **197.180,84(cento e noventa e sete mil, cento e oitenta reais e oitenta e quatro Centavos)**. XXVI.

271 Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.822-0** no
272 **valor de R\$ 196.784,38(cento e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e**
273 **oito Centavos). XXVII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a
274 **Conta nº 29.823-9 no valor de R\$ 215.044,63(duzentos e quinze mil, quarenta e quatro reais e**
275 **sessenta e três Centavos). XXVIII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de
276 acordo com a **Conta nº 29.824-7 no valor de R\$ 197.180,84(cento e noventa e sete mil, cento e**
277 **oitenta reais e oitenta e quatro Centavos). XXIX.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 -
278 Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.825-5 no valor de R\$ 196.784,38(cento e noventa e seis**
279 **mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito Centavos). XXX.** Proteção Social Especial –
280 SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.826-3 no valor de R\$ 154.233,68(cento**
281 **e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito Centavos). XXXI.**
282 Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.827-1 no**
283 **valor de R\$ 241.043,10(duzentos e quarenta e um mil, quarenta e três reais e dez Centavos).**
284 **XXXII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.828-X**
285 **no valor de R\$ 242.283,57(duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta três reais e**
286 **cinquenta e sete Centavos). XXXIII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de
287 acordo com a **Conta nº 29.829-8 no valor de R\$ 196.784,38(cento e noventa e seis mil,**
288 **setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito Centavos). XXXIX.** Proteção Social Especial –
289 SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a **Conta nº 29.830-1 no valor de R\$**
290 **244,966,55(duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e**
291 **cinco Centavos). XL.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de acordo com a
292 **Conta nº 29.869-7 no valor de R\$ 196.059,61(cento e noventa e seis mil, cinquenta e nove reais**
293 **e sessenta e um Centavos). XLI.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND4 - Portaria 886 de
294 acordo com a **Conta nº 29.871-9 no valor de R\$ 196.059,61(cento e noventa e seis mil, cinquenta**
295 **e nove reais e sessenta e um Centavos). XLII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND3 – Portaria
296 580/2020 de acordo com a **Conta nº 28.735-0 no valor de R\$ 1.742,07 (hum mil, setecentos e**
297 **quarenta e dois reais e sete centavos). XLIII.** Proteção Social Especial – SIGTV – GND3 – Portaria
298 886/2023 de acordo com a **Conta nº 29.756-9 no valor de R\$ 17.496,42 (dezessete mil,**
299 **quatrocentos e noventa seis reais e quarenta e dois centavos). XLIV** Proteção Social Especial –
300 SIGTV – GND3 – Portaria 886/2023 de acordo com a **Conta nº 29.757-7 no valor de R\$ 95.676,25**
301 **(noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte cinco e dois centavos). Art. 2º -**
302 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Submetida a aprovação. Foi aprovada.
303 Passou então a fazer a leitura da **RESOLUÇÃO Nº 134/2024 – Ceas-CE** que dispõe sobre a
304 Reprogramação dos Saldos dos Recursos Federais Extraordinários (COVID 19) – Portaria 884 de 10
305 de maio de 2023 (que atualiza a Portaria 369/2020 de execução da Secretaria da Proteção Social –
306 SPS. **RESOLVE APROVAR: Art. 1º -** A Reprogramação dos Recursos Federais Extraordinários
307 (COVID 19) – Portaria 884 de 10 de maio de 2023 (que atualiza a Portaria 369/2020 de execução da
308 Secretaria da Proteção Social - SPS, conforme discriminação a seguir: I – Ceará COVID 19 -

309 Acolhimento de acordo com a conta nº 28.661-3 **no valor de R\$ 96,06 (noventa e seis reais e seis**
310 **centavos).**II- Ceará COVID 19 – Alimentação de acordo com a conta nº 28.663-X, **no valor de R\$**
311 **15.909,14 (quinze mil, novecentos e nove reais e quatorze centavos).**III – Ceará COVID 19 -
312 Equipamentos de proteção individual - EPI'S de acordo com a conta nº 28.665-6 **no valor de R\$**
313 **134.736,88 (cento e trinta e quatro mil, setecentos e trinta seis reais e oitenta e oito**
314 **centavos).****Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Após a leitura a
315 Resolução foi aprovada por todos(as). Passando para o último ponto de pauta a Presidente do Ceas-
316 CE convidou a Secretária Executiva do Ceará – Tereza Serra para realizar a leitura da Revisão das
317 participações nas Comissões Temáticas (Internas) e Externas. **A Secretária Executiva do Ceas-CE,**
318 **Tereza Serra,** iniciou a apresentação das atuais da composição das Comissões Temáticas,
319 informando que somente poderá haver mudança desse quadro atual, sem algum(a) Conselheiro(a)
320 quiser migrar para outra Comissão Temática e se tiver disponibilidade de vagas ou /se o (a)
321 Conselheiro(a) da Comissão Temática quiser ceder a vaga. Informou ainda que, cada Comissão
322 Temática e composta de 06(seis) Conselheiros(as), sendo 03(três) Conselheiros(as) Titulares e
323 03(três) Conselheiros(as) Suplentes. E que os(as) Conselheiros(as) que não estão aqui hoje, serão
324 preservados(as) na mesma Comissão Temática. Após a apresentação, somente a Conselheira Lúcia
325 Parente manifestou a vontade de migrar para outra Comissão Temática em virtude do horário chocar
326 com suas aulas na Faculdade. A **Conselheira Régia Prado** da Comissão de Políticas e Programas se
327 comprometeu em trocar com a Conselheira Lúcia Parente, mas devido as modalidades Titular e
328 Suplente não foi possível. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** falou que depois da
329 capacitação virtual pode haver as visitas. Essa é uma estratégia para o Ceas-CE chegar aos
330 municípios. **A Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra,** falou que o Conselho já teve
331 Conselheiro(a) pensando que iam receber benefícios e é por isso se precisa ressignificar o
332 protagonismo do(a) usuário(a). E que falta trabalhar esse sonhado protagonismo dos(as) usuários(as).
333 E ao se dirigir ao Conselheiro/Usuário Cosme Costa pediu para colocar o Fórum Estadual dos
334 Usuários e Usuárias do SUAS para funcionar. Por fim disse que foi muito importante essa discussão
335 sobre a violência. E que se precisa pensar nomes de pessoas para trazer ao Ceas-CE para debater
336 mais sobre esse assunto e também sobre o processo de execução das políticas públicas. A
337 **Conselheira Márcia Monteiro,** pediu a palavra e disse ser importante que os(as) Ex-Conselheiros(as)
338 também participassem da discussão do processo de execução da Política e, que é importante o
339 estreitamento de laços, inclusive de quem já foi desligado(a) do Conselho, pois a contribuição de
340 quem já teve experiência é fundamental para o conhecimento. **A Secretária Executiva do Ceas-CE,**
341 **Tereza Serra,** disse que todos(as) são bem-vindos. Informou ainda que são 6(seis) Comissões
342 Temáticas e 01(uma) Comissão de Ética. E que é necessário lembrar que da Comissão de Ética
343 participam 04(quatro) Conselheiros(as) sendo 02(dois) Titulares e 02(dois) Suplentes, para cumprir o
344 Código de ética. É importante que os(as) Conselheiros(as) estejam presentes na reunião e se
345 identifiquem com a Comissão Temática. Passando para as Comissões Externas elencou a
346 participação dos(as) Conselheiros(as) Cosme Costa e Márcia Monteiro no Conselho Consultivo de

347 Políticas Públicas (CCPIS)/Fundo Estadual de Combate à Pobreza(FECOP), e questionou do por que
348 do(a) Conselheiro(a) não atenderem o telefone da Seplag de mobilização? O assento do Ceas-CE
349 nesse Conselho foi uma conquista e não podem perder esse espaço. Disse ainda que o(a)
350 Conselheiro(a) precisam apresentar o relatório de cada reunião. É preciso que os demais
351 Conselheiros(as) tomem conhecimento do que foi discutido e aprovado. **A Presidente do Ceas-CE,**
352 **Elizabeth Rodrigues,** concordou com a fala da Secretária-Executiva dizendo que isso é importante
353 pois no FECOP, fazem a defesa dos Maps { aprovar e monitorar sua carteira de projetos, o Governo
354 do Estado instituiu o Mapp – Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários. Trata-se de um
355 importante sistema de gestão para o controle da implantação dos projetos pelos níveis superiores de
356 decisão do Estado, possibilitando a tomada de decisões durante a execução dos mesmos,
357 contribuindo para o alcance dos compromissos estabelecidos no plano de governo}. E que não sabe
358 como está hoje. Em seguida perguntou a Conselheira Márcia Monteiro como está o FECOP? A
359 **Conselheira Márcia Monteiro,** respondeu que o FECOP está funcionando virtualmente mas, não é
360 on-line. E que recebe por meio de e-mail informações. “ E que enquanto ler as informações, as
361 pessoas já estão votando e muitas vezes termina a reunião e não dá tempo nem de discutir. “ E que
362 não adianta votar sem ter o conhecimento dos fatos”. **A Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza**
363 **Serra,** sugeriu que fosse feito um documento pedindo explicações ao FECOP. O **Conselheiro**
364 **Cosme Costa,** complementou a fala da Conselheira dizendo que já aconteceu de ter que votar na
365 reunião do FECOP sem ter o conhecimento da apresentação. Em seguida a **Secretária Executiva do**
366 **CEAS, Tereza Serra,** falou da representação do Ceas-CE na Comissão Intergestores Bipartite – CIB-
367 CE, Conselheira Régia Prado e Ana Cláudia, e que essa participação é trazer informações acerca das
368 pactuações da Comissão e levar informações do Ceas-CE. E que todos(as) podem se pronunciar mas
369 não podem votar. E que preciso elaborar relatório da reunião para socializar com a plenária. Trata-se
370 de um espaço de gestores (estaduais e municipais) e o Ceas-CE é que controle social. A técnica de
371 apoio Roseli Ferreira, informou que nesse espaço terá uma Escola do SUAS no terceiro andar desse
372 prédio. A **Conselheira Régia Prado,** falou que seria importante poder participar e convidar pessoas. A
373 **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra,** falou que a Escola do SUAS será muito importante
374 para realização de capacitações por ser um espaço amplo. Quanto a Comissão de Curadoria
375 participam o(a) Conselheiro(a) Cosme Costa e Meirilene Lopes. O **Conselheiro Cosme Costa** disse
376 que à Secretaria-Executiva do Ceas-CE pediu o relatório de participação na reunião na SPS mas, que
377 não se preocupou em apresentar porque a Conselheira Meirilene Lopes falou que enviaria mas não
378 enviou. **A Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues,** falou que é importante rever o horário das
379 reuniões para não haver atraso, pois é necessário quorum para iniciar e colocou o horário para
380 votação na plenária. A **Conselheira Régia Prado,** falou que a Comissão Temática deve ter
381 autonomia, mas a reunião ordinária deve ser às nove horas. **A Secretária Executiva do Ceas-CE,**
382 **Tereza Serra,** sugeriu deixar a reunião com o horário às oito horas e trinta minutos e limite para
383 iniciar às nove horas. Cada Comissão Temática tem que elaborar seu relatório do que foi
384 apresentado/sugerido para a plenária em reunião. E que as datas e horários estão no Calendário

385 aprovado na última reunião ordinária do ano de dois mil e vinte três e recebido por todos(as). E que
386 como esse ano não tem conferência, existem várias sugestões de temas para discussão nas
387 Comissões Temáticas. E que se faz necessário a criação de Comissão para acompanhar a eleição
388 das representações da sociedade civil para o período de 2024 a 2026. E que a Presidente já deu o
389 indicativo que se podem fazer reunião on-line. Faz-se necessário elaborar o Cronograma de visitas
390 aos equipamentos da SPS tanto na capital como no interior. Controle social também se faz dentro de
391 casa. A **Conselheira Régia Prado**, falou que é muito importante as visitas para fazer relatório e
392 encaminhamentos. A **Conselheira Jeanne Santiago**, falou que é importante andar com crachá para
393 identificação. A **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra**, pediu a todos(as) que enviassem a
394 foto para o crachá. E que esse Conselho tem muito para discutir/conhecer a execução do Programa
395 Bolsa Família e do Cadastro Único, PROCAD; Reorganização do Programa Bolsa Família e do Cartão
396 do Ceará Sem Fome. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, informou que algumas
397 famílias foram substituídas. “É necessário rever isso”. A **Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza**
398 **Serra**, dá continuidade aos informes informando que o Conselho Municipal de Limoeiro do Norte
399 solicitou uma capacitação para o novo Colegiado mas, como houve mudança do gestor municipal a
400 data foi postergada. A técnica de Apoio Roseli Ferreira, informou que a Secretaria-Executiva do Ceas-
401 CE está fazendo o cadastramento dos Conselhos Municipais e uma vez que a Comissão Temática
402 de Acompanhamento aos Conselhos Municipais que deve fazer o acompanhamento porque os CMAS
403 precisam de muita capacitação. A **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, falou que a maioria
404 não está dentro do critério e precisa mesmo de capacitação. A **Secretária Executiva do Ceas-CE,**
405 **Tereza Serra**, falou que a indicação é que seja feita capacitação on-line. Mas que o Ceas-CE está
406 com uma lista de municípios que ainda não cadastrou as Entidades Socioassistenciais no Cadastro
407 Nacional de Entidades Assistência Social – CNEAS e que isso é sério. É importante que o Ceas-CE
408 reveja os instrumentais de controle social. E que espera que todos(as) venham na próxima reunião. A
409 **Presidente do Ceas-CE, Elizabeth Rodrigues**, agradeceu a presença dos(as) Conselheiros(as) e
410 do Dr. Marcos da Promotoria, desejando a todos(as) um bom retorno. Nada mais havendo a declarar
411 deu por encerrada a presente reunião, agradecendo as presenças de todos(as) e eu, Maria Tereza de
412 Araújo Serra, lavrei a presente ata que após de lida e aprovada, será assinada por todos(as) os(as)
413 presentes. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA ELIZABETH MOURA RODRIGUES Presidente do Ceas-CE Fundação Dr. Antônio Dias Macedo	SANDRA MARIA FERREIRA DE MORAIS Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Secretaria da Proteção Social – SPS
RUTE ALMEIDA TEOBALDO MOURÃO Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria da Fazenda – Sefaz	MARIA ROSE JANE RIBEIRO ALBUQUERQUE Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria da Ciência, Tecnologia e educação Superior - Secitece

<p>MARIA DE SOUSA PEREIRA Conselheira Suplente Secretaria da Ciência, Tecnologia e educação Superior - Secitece</p>	<p>ANA ROBERTA MARTINS DE ALMEIDA XAVIER Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Secretaria das Cidades</p>
<p>MÁRCIA MARIA SOUSA MONTEIRO DA SILVA Conselheira Suplente do Ceas-CE Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES</p>	<p>FRANCISCA EMMANUELLA SARAIVA MARTINS Conselheira Titular do Ceas-CE Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves - AMCTN</p>
<p>VILANI VLADIA MOTA FREITAS Conselheira Suplente do Ceas-CE Serviço Social do Comércio - SESC</p>	<p>LÚCIA DE FÁTIMA DA SILVA PARENTE Conselheira Suplente do Ceas-CE Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará - Sasec</p>
<p>RÉGIA MARIA PRADO PINTO Conselheira Titular do Ceas-CE Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 3ª Região</p>	<p>ERIVÂNIA BERNARDINO CRUZ Conselheira Suplente do Ceas-CE Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará</p>
<p>JEANNE DA SILVA SANTIAGO SIQUEIRA Conselheira Titular do Ceas-CE Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Regional Ceará - Abrato-CE</p>	<p>MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA AZEVEDO Conselheira Suplente do Ceas-CE Conselho Regional de Psicologia – CRP – 11ª Região</p>
<p>COSME COSTA LIMA Conselheiro Titular do Ceas-CE Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE</p>	<p>MARIA INÁCIO DA CRUZ Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Paraipaba/CE</p>
<p>JUDITE FREITAS MESQUITA Conselheira Titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Aquiraz-CE</p>	<p>FRANCISCA MARIA DE SOUZA BARROS Conselheira Suplente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João Paulo II do Município de Fortaleza/CE</p>
<p>MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA Secretária Executiva do Ceas-CE</p>	